

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) LARIZA MARTHA BARBOSA

**A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E A INFLUÊNCIA DA
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA**

Rio de Janeiro

2025

CC (T) LARIZA MARTHA BARBOSA

**A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E A INFLUÊNCIA DA
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientadora: 1º TEN. (RM2-T) FLÁVIA
CASTRO

Rio de Janeiro
Escola Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, proteção e sabedoria concedidas em cada etapa deste percurso. Sem Sua presença constante, este caminho teria sido muito mais árduo.

À minha mãe, Zenilda, exemplo de coragem, amor e resiliência, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional e pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis. Sua presença foi essencial em cada conquista desta jornada.

Ao meu pai, Barbosa, para sempre, dedico um agradecimento emocionado. Sua ausência física nunca apagou sua influência em minha vida. Levo comigo seus ensinamentos e valores, que continuam a me guiar e inspirar.

E à minha filha Stella, estrelinha que ilumina minha vida, minha razão de lutar e superar desafios. Que este trabalho represente, para você, o exemplo de que é possível sonhar e realizar, mesmo diante das dificuldades. Você é minha maior motivação.

DEDICATÓRIA

Dedico este projeto a todos os professores que me influenciaram na minha trajetória. Em especial dedico este trabalho ao SO (RM1) Rodrigues, que me orientou com paciência e comprometimento. Sua postura profissional e generosidade foram fundamentais para que esta monografia chegasse ao fim. A você, meu respeito e minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta monografia examina a influência histórica da política externa dos Estados Unidos sobre a América do Sul, analisando como fatores econômicos, políticos e de segurança moldaram a configuração regional desde a formulação da Doutrina Monroe até os desafios contemporâneos. A pesquisa demonstra que a atuação norte-americana não se limitou a intervenções diretas, mas também se consolidou por meio de instrumentos econômicos, alianças militares e estratégias diplomáticas, constituindo um padrão de hegemonia adaptável às diferentes conjunturas históricas. São exploradas as fases da consolidação do imperialismo informal, a centralidade da Guerra Fria e a adoção de políticas neoliberais no pós-Guerra Fria, ressaltando-se as implicações dessas dinâmicas para a autonomia política e econômica dos países sul-americanos. Além disso, discute-se a presença militar dos EUA, as relações bilaterais com países estratégicos, o impacto da ascensão da China e os caminhos para a construção de uma arquitetura regional mais autônoma. A análise fundamenta-se em revisão bibliográfica e em referenciais teóricos da geopolítica, destacando autores clássicos como Waltz, Mackinder e Spykman. O estudo conclui que compreender a política externa dos Estados Unidos é essencial para avaliar os rumos geopolíticos da América do Sul, projetar cenários futuros e fortalecer a capacidade estratégica regional.

Palavras-chave: América do Sul; Geopolítica; Estados Unidos; Segurança Internacional; Política Externa.

ABSTRACT

The Geopolitics of South America and the Influence of U.S. Foreign Policy

This monograph examines the historical influence of United States foreign policy on South America, analyzing how economic, political, and security factors have shaped the regional configuration from the formulation of the Monroe Doctrine to contemporary challenges. The research demonstrates that U.S. actions were not limited to direct interventions but were also consolidated through economic instruments, military alliances, and diplomatic strategies, establishing a pattern of hegemony adaptable to different historical contexts. The study explores the stages of informal imperialism, the centrality of the Cold War, and the adoption of neoliberal policies in the post-Cold War period, highlighting the implications of these dynamics for the political and economic autonomy of South American countries. Furthermore, the work discusses U.S. military presence, bilateral relations with strategic countries, the impact of China's rise, and the prospects for building a more autonomous regional architecture. The analysis is based on bibliographic review and theoretical references in geopolitics, highlighting classical authors such as Waltz, Mackinder, and Spykman. The study concludes that understanding U.S. foreign policy is essential to assessing South America's geopolitical paths, projecting future scenarios, and strengthening the region's strategic capacity.

Keywords: South America; Geopolitics; United States; International Security; Foreign Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	–	Área de Livre Comércio das Américas
BRACOLPER	–	Exercício Naval Brasil-Colômbia-Peru
CELAC	–	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	–	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos EUA)
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
OTCA	–	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OEA	–	Organização dos Estados Americanos
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PANAMAX	–	Exercício militar multinacional liderado pelos EUA na região do Canal do Panamá
PROSUB	–	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
UNASUL	–	União de Nações Sul-Americanas
UNITAS	–	Exercício Naval Multinacional das Américas
ZEE	–	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	–	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA DO SUL	10
2.1	O SÉCULO XX E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO INFORMAL	12
2.2	A GUERRA FRIA E A AMÉRICA DO SUL COMO FRENTE ESTRATÉGICA	14
2.3	PÓS-GUERRA FRIA: DIPLOMACIA ECONÔMICA E NEOLIBERALISMO	18
3	ECONOMIA E SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL	20
3.1	COOPERAÇÃO E PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA	22
3.2	RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL, ARGENTINA, CHILE E VENEZUELA	22
3.3	O DESAFIO CHINÊS E A NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA	23
3.4	PERSPECTIVAS FUTURAS E AUTONOMIA REGIONAL	24
4	DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	26
4.1	A REAÇÃO SUL-AMERICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA REGIONAL	27
4.2	A ASCENÇÃO DA CHINA E A COMPETIÇÃO GEOESTRATÉGICA	28
4.3	O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL FRENTE AOS NOVOS CENÁRIOS	29
4.4	PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS E CAMINHOS PARA A AUTONOMIA ESTRATÉGICA	31
5	PROJEÇÕES ESTRATÉGICAS	32
5.1	SEGURANÇA CIBERNÉTICA E SOBERANIA DIGITAL	33
5.2	A CRISE CLIMÁTICA E O PAPEL DA AMÉRICA DO SUL	34
5.3	INTEGRIDADE ENERGÉTICA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

“A história é um fardo para os vivos, mas uma inspiração para os sábios.” – Friedrich Nietzsche.

A geopolítica da América do Sul é um campo dinâmico de disputas, influências e articulações estratégicas, marcado historicamente pela atuação preponderante de potências extrarregionais. Entre elas, destaca-se a influência da política externa dos Estados Unidos da América (EUA), que desde o século XIX projeta seu poder e seus interesses sobre o subcontinente sul-americano (Monroe, 1823).

A Doutrina Monroe, anunciada em 1823, representa o ponto inaugural da construção de uma hegemonia hemisférica dos EUA, ao estabelecer que interferências europeias nas Américas seriam consideradas ameaças à segurança norte-americana. Embora apresentada sob o pretexto da autodeterminação, essa doutrina pavimentou o caminho para intervenções e para a consolidação de uma influência duradoura no continente (Gaddis, 2005).

Essa política não foi estática, mas adaptável. Ao longo das décadas, os EUA alternaram entre intervenções diretas, como nas guerras e golpes de Estado durante o século XX, e estratégias de dominação indireta, por meio de instrumentos econômicos, alianças militares e operações diplomáticas (Pecequillo, 2013). A Guerra Fria intensificou essa dinâmica, com a América do Sul transformada em zona estratégica para a contenção do comunismo (Gaddis, 2005).

A presente monografia parte da hipótese de que a política externa norte-americana contribuiu decisivamente para moldar a configuração política, econômica e de segurança da América do Sul. Tal hipótese será examinada à luz de eventos históricos e estruturas sistêmicas que reforçam a atuação hegemônica dos EUA na região (Waltz, 1979).

Compreender a atuação dos Estados Unidos na América do Sul é essencial para analisar os rumos políticos e econômicos da região. Diante disso, este trabalho busca responder à seguinte pergunta: em que medida a política externa dos Estados Unidos influenciou as dinâmicas econômicas e políticas da América do Sul ao longo da história?

A delimitação temporal da pesquisa compreende o período entre o século XIX e os dias atuais, permitindo examinar as transições entre fases distintas da atuação dos EUA.

O foco desta pesquisa reside em quatro dimensões principais: (1) a evolução histórica da política externa dos EUA para a América do Sul; (2) os impactos econômicos das ações norte-americanas; (3) a presença e cooperação militar; e (4) os padrões de relacionamento bilateral com países-chave como Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

A metodologia adotada é qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa permite examinar com profundidade os sentidos e os contextos das ações norte-americanas, privilegiando a interpretação dos dados à luz das teorias geopolíticas. Busca-se ir além da descrição factual, oferecendo uma leitura crítica e estratégica (Walt, 1987).

Nesse sentido, a presente monografia busca contribuir para a capacitação analítica e estratégica de oficiais e tomadores de decisão, fornecendo uma visão crítica e fundamentada sobre a política externa dos EUA e suas implicações para a América do Sul.

2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA DO SUL

A formulação da Doutrina Monroe em 1823 representou mais do que um marco diplomático — ela estruturou a base ideológica da política externa dos Estados Unidos com relação ao Hemisfério Ocidental. Em seu pronunciamento ao Congresso, o presidente James Monroe afirmou que o continente americano não deveria mais ser considerado objeto de colonização por potências europeias. Embora revestida de retórica defensiva e soberanista, a Doutrina tinha implicações de longo prazo que extrapolavam a proteção das jovens repúblicas latino-americanas: ela estabelecia um princípio unilateral de hegemonia que conferia aos EUA o papel de fiador da ordem hemisférica (Gaddis, 2005; Pecequillo, 2013).

Durante a primeira metade do século XIX, os EUA ainda estavam envolvidos em sua própria consolidação territorial e institucional, mas não deixaram de atuar pontualmente na região. A Guerra Mexicano-Americana (1846–1848) é um exemplo paradigmático: os Estados Unidos anexaram cerca de 55% do território mexicano

após a vitória militar. Essa expansão não foi apenas geográfica, mas também simbólica, pois projetava um ideal de destino nacional, mais tarde consolidado no conceito do “Destino Manifesto”. Este ideal afirmava que os Estados Unidos tinham a missão providencial de expandir seus valores e instituições pelo continente (Pecequillo, 2013; Zibechi, 2014).

Do ponto de vista teórico, o realismo estrutural de Kenneth Waltz fornece ferramentas analíticas para compreender essa postura precoce. Em um sistema internacional anárquico, a busca por segurança tende a fomentar ações de contenção preventiva. Ao estabelecer a América Latina como zona de interesse vital, os Estados Unidos estavam não apenas protegendo sua retaguarda geográfica, mas também estabelecendo as fundações de uma ordem internacional própria, distinta da lógica europeia de equilíbrio de poder (Waltz, 1979; Cervo & Bueno, 2011). A doutrina antecipava, portanto, uma dimensão de hegemonia regional construída sobre a exclusão de atores externos e a imposição de normas internas.

Importante destacar que a América do Sul, neste contexto, não era percebida como homogênea. Os Estados Unidos desenvolveram uma geopolítica diferenciada: enquanto a América Central e o Caribe foram tratados como zona de controle direto (o chamado “quintal”), a América do Sul foi inicialmente vista como um espaço de contenção indireta, mediada por relações diplomáticas e observação estratégica. Essa diferenciação seria ajustada nas décadas seguintes, conforme o poder dos EUA se expandia (Gaddis, 2005; Spykman, 1942).

Além da dimensão geopolítica, havia um componente ideológico e moral. Os EUA viam-se como os guardiões naturais da liberdade nas Américas, mesmo que esse discurso fosse seletivamente aplicado. Os interesses econômicos, como o acesso a mercados e recursos, estavam implícitos, ainda que não fossem explicitamente afirmados nas primeiras décadas do século XIX. Essa combinação entre moralismo político e pragmatismo econômico seria uma marca duradoura da política externa norte-americana (Pecequillo, 2013; Gaddis, 2005).

No plano simbólico, a Doutrina Monroe permitiu a criação de um imaginário hemisférico sob a liderança dos EUA. Essa narrativa ganharia força com o tempo, particularmente no final do século XIX e início do século XX, quando os EUA já possuíam poder suficiente para transformar sua aspiração hegemônica em realidade concreta. O importante é notar que o arcabouço de legitimidade para tal atuação foi sendo gestado desde 1823 (Cervo & Bueno, 2011).

Portanto, a Doutrina Monroe não apenas refletia uma preocupação defensiva com a estabilidade regional — ela instaurava, de forma sutil, mas estratégica, um princípio de hegemonia que estruturaria toda a lógica de segurança hemisférica nas décadas seguintes. Essa hegemonia não se daria apenas por meio da força, mas pelo controle das narrativas, pela imposição de normas de convivência política e econômica, e pela regulação dos fluxos diplomáticos no continente (Waltz, 1979; Pecequillo, 2013).

2.1 O SÉCULO XX E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO INFORMAL

O início do século XX representou um ponto de inflexão na política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina. Após consolidar sua expansão territorial no século anterior, os EUA passaram a projetar poder para além de suas fronteiras, assumindo um papel ativo nos assuntos hemisféricos. A consolidação de sua hegemonia não se deu exclusivamente por meios militares diretos, mas sobretudo por uma sofisticada combinação de coerção, persuasão e intervenções indiretas — uma forma de imperialismo informal (Pecequillo, 2013; Gaddis, 2005).

Esse processo teve como marco teórico e prático o chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, proclamado em 1904. A nova diretriz, apresentada pelo presidente Theodore Roosevelt, afirmava que os Estados Unidos poderiam intervir nos assuntos internos de países latino-americanos para evitar a intervenção de potências europeias. Essa “racionalidade preventiva” consagrou o papel dos EUA como árbitro legítimo da ordem regional, atribuindo-se o direito exclusivo de “corrigir” desordens em sua vizinhança estratégica (Cervo & Bueno, 2011).

O Corolário Roosevelt formalizou o que Mearsheimer chamaria, décadas mais tarde, de realismo ofensivo: uma postura de segurança que não se satisfaz com a contenção, mas busca o controle ativo das zonas periféricas para evitar a ascensão de ameaças (Mearsheimer, 2001). Aplicado à América Latina, esse princípio traduziu-se em uma política sistemática de vigilância, repressão e intervenção sobre governos considerados instáveis, hostis ou ineficientes.

A política do Big Stick (“fale suavemente e carregue um porrete”) foi o instrumento operativo dessa nova diretriz. A frase, frequentemente citada como síntese da postura diplomática norte-americana, reflete a lógica do uso seletivo da força como instrumento de dissuasão e controle. Não por acaso, os primeiros anos

do século XX foram marcados por uma série de intervenções diretas: a separação do Panamá da Colômbia em 1903, apoiada e incentivada pelos EUA; a construção e controle do Canal do Panamá, concluído em 1914; e as ocupações militares no Haiti (1915–1934), na Nicarágua (1912–1933) e na República Dominicana (1916–1924). Essas ações expressam o modelo de hegemonia coercitiva descrito por Pecequillo (2013), em que o poder militar é usado como sustentáculo de uma ordem desejada.

Nesse contexto, emergiu um aparato institucional que sustentava o imperialismo informal: missões diplomáticas permanentes, embaixadas ativas, agentes de inteligência infiltrados em redes políticas e militares locais, e acordos econômicos assimétricos. Esses mecanismos permitiram aos EUA exercer influência sem necessariamente recorrer à ocupação militar. Essa modalidade de poder encaixa-se no conceito de “hegemonia consensual”, em que a dominação ocorre por meio de estruturas institucionais e normativas (Pecequillo, 2013). Era a hegemonia pela integração subordinada.

A Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a Grande Depressão aprofundaram essa lógica. A instabilidade econômica e política na América Latina aumentou a dependência de empréstimos e investimentos estrangeiros, particularmente dos EUA. Ao mesmo tempo, as políticas de boa vizinhança implementadas por Franklin D. Roosevelt a partir da década de 1930 procuraram suavizar a imagem intervencionista dos EUA, mas mantiveram o controle indireto sobre decisões econômicas e de segurança nos países da região. Cervo e Bueno (2011) observam que essa reconfiguração discursiva não representou ruptura com a Doutrina Monroe, mas sua adaptação aos novos padrões de governança hemisférica.

A própria geopolítica passou a ser estruturada em torno de noções estratégicas sobre a periferia hemisférica. Nicholas Spykman, em sua formulação da teoria do “Rimland”, destacava a importância das zonas costeiras e periféricas no equilíbrio global de poder. Embora originalmente pensada para a Eurásia, essa teoria passou a fundamentar a atuação dos EUA no controle do Atlântico Sul, considerado zona de interesse vital frente à expansão nazista e, mais tarde, comunista (Spykman, 1942; Waltz, 1979). Adaptada à América do Sul, implicava o controle marítimo do Atlântico Sul, com impactos diretos sobre a atuação da Marinha do Brasil. O interesse dos EUA em controlar pontos estratégicos no continente

também se articulava com o acesso a matérias-primas e a rotas comerciais — dimensões centrais de sua doutrina geopolítica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a presença norte-americana intensificou-se. Acordos militares e logísticos foram firmados com países como o Brasil, que cedeu bases aéreas em Natal e Parnamirim ao esforço de guerra aliado. Esse alinhamento fortaleceu os laços entre as forças armadas sul-americanas e o aparato de segurança norte-americano, o que se desdobraria nas décadas seguintes em parcerias duradouras. O próprio envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália é citado por Gaddis (2005) como marco da inserção subordinada, porém estratégica, do Brasil na ordem liberal liderada pelos EUA.

Com o fim da guerra, os EUA emergiram como superpotência global e consolidaram sua liderança no Hemisfério Ocidental. A institucionalização da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, refletia esse esforço de liderar e organizar politicamente o continente sob sua égide. Ainda que apresentasse uma retórica multilateral, a OEA funcionava, na prática, como instrumento da política externa norte-americana. Trata-se de um exemplo do que Pecequillo (2013) chama de “multilateralismo seletivo”, no qual a cooperação internacional é utilizada para legitimar posições de força da potência dominante.

Dessa forma, o século XX assistiu não apenas à emergência de uma potência regional, mas à construção de um sistema hemisférico assimétrico, no qual os EUA exerciam autoridade informal com base em superioridade econômica, diplomática e militar. Esse imperialismo informal seria um dos eixos centrais da geopolítica continental, com efeitos profundos sobre a formulação de políticas nacionais, inclusive no Brasil. Essa configuração reflete a lógica do sistema internacional anárquico descrita por Waltz (1979), onde os Estados buscam se equilibrar frente à potência hegemônica, ainda que por vezes aceitem a subordinação estratégica.

Como destaca Pecequillo (2013, p. 101), “a consolidação do espaço hemisférico sob a liderança dos Estados Unidos resultou da combinação entre coerção e cooptação, estruturando uma ordem regional que favorecia os interesses da potência hegemônica”. Essa ordem, embora frequentemente questionada, permaneceu como referência estruturante da inserção internacional dos países sul-americanos ao longo de todo o século XX.

2.2 A GUERRA FRIA E A AMÉRICA DO SUL COMO FRENTE ESTRATÉGICA

A Guerra Fria representou uma mudança radical na percepção geopolítica dos Estados Unidos sobre a América do Sul. Com a polarização entre os blocos liderados por Washington e Moscou, a lógica da contenção passou a reger toda a política externa norte-americana. A América do Sul deixou de ser apenas uma zona de influência tradicional e passou a ser tratada como uma frente estratégica essencial para a segurança hemisférica. O temor de que o comunismo encontrasse terreno fértil nas instabilidades sociais e econômicas da região mobilizou recursos diplomáticos, militares e de inteligência sem precedentes. Essa lógica se insere no realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), segundo o qual grandes potências tendem a maximizar sua influência em áreas periféricas para evitar a ascensão de rivais ideológicos.

George Kennan, arquiteto da doutrina de contenção, afirmou em seu famoso “Long Telegram” (1946) que os Estados Unidos deveriam reagir de forma sistemática à expansão soviética. Essa estratégia, adaptada ao contexto latino-americano, implicava ações preventivas contra qualquer governo que demonstrasse tendências de alinhamento com Moscou ou com movimentos de esquerda radical. O resultado foi a consolidação de uma doutrina de segurança hemisférica centrada no combate ideológico e repressivo ao comunismo — doutrina essa que influenciou profundamente a política de defesa dos países sul-americanos, inclusive o Brasil. Gaddis (2005) observa que essa “doutrina de vigilância ativa” justificava a ação antecipada contra governos democráticos eleitos, caso apresentassem traços de alinhamento esquerdista.

Nesse ambiente, os Estados Unidos passaram a apoiar ativamente golpes de Estado, patrocinar forças armadas locais e financiar campanhas de desinformação. O caso brasileiro é paradigmático: em 1964, com o avanço das reformas de base propostas por João Goulart e o crescente apoio popular a setores sindicais e camponeses, os EUA identificaram uma ameaça direta à sua ordem hemisférica. O Departamento de Estado, em conjunto com a CIA e o Pentágono, desenvolveu ações secretas para minar o governo e apoiar os setores militares oposicionistas, conforme documentado por Gaddis (2005) e corroborado por arquivos desclassificados do governo norte-americano.

O Departamento de Estado, em conjunto com a CIA e o Pentágono, desenvolveu o plano Brother Sam, que previa apoio logístico à deposição de Goulart. Documentos posteriormente desclassificados comprovam que navios da Marinha dos EUA foram deslocados para o litoral brasileiro com a finalidade de garantir o êxito do golpe. Essa atuação evidencia o padrão de intervenção velada que caracterizou a Guerra Fria na América do Sul (Gaddis, 2005; Pecequillo, 2013).

Além disso, durante esse período, os Estados Unidos incentivaram formas de articulação regional voltadas ao compartilhamento de informações e ao fortalecimento de capacidades institucionais. Essa rede de cooperação envolvia o treinamento conjunto de oficiais, intercâmbio de conhecimentos estratégicos e apoio técnico em temas como logística e defesa costeira, sempre sob a perspectiva da manutenção da ordem hemisférica. Essa atuação articulada consolidava a presença dos EUA como coordenador de uma agenda regional de segurança, ainda que formalmente multilateral (Pecequillo, 2013).

O mesmo padrão repetiu-se em países como Chile (1973), Argentina (1976), Uruguai (1973) e Bolívia (1971). Esses regimes autoritários, ainda que distintos entre si, compartilham uma gênese marcada pelo apoio direto ou indireto dos EUA, motivado pelo imperativo da contenção anticomunista. A interligação entre esses regimes culminou na chamada Operação Condor, uma aliança transnacional de repressão política que envolveu troca de informações, prisões clandestinas, desaparecimentos forçados e execuções sumárias de opositores. A CIA e outras agências norte-americanas forneceram apoio técnico, logístico e estratégico a essa operação (Gaddis, 2005; Cervo & Bueno, 2011).

A Guerra Fria também reconfigurou os espaços de cooperação militar no continente. A Junta Interamericana de Defesa, criada em 1942, foi reativada com novo protagonismo, promovendo fóruns de articulação militar que reforçavam a ideia de um inimigo interno comum. O conceito de segurança nacional passou a ser definido menos por ameaças externas e mais pela supressão de ideologias contrárias à ordem liberal-capitalista. Isso resultou em um ciclo de militarização da política que comprometeu as instituições democráticas e agravou as violações de direitos humanos na região. Segundo Pecequillo (2013), trata-se de um “complexo de segurança regional tutelado”, no qual a definição da ameaça e a resposta eram determinadas externamente.

Do ponto de vista geopolítico, a América do Sul tornou-se, portanto, uma peça funcional do tabuleiro global da Guerra Fria. A manutenção de governos estáveis e anticomunistas não era apenas uma questão regional — era um pilar da estratégia global dos EUA. Como enfatiza Gaddis (2005), “as periferias tornaram-se os palcos reais da Guerra Fria, onde o confronto ideológico se materializava em conflitos armados, operações secretas e intervenções indiretas” (p. 94).

No caso brasileiro, a Marinha consolidou-se como um dos principais braços operacionais do regime militar. Além das missões de patrulhamento e dissuasão no Atlântico Sul, participou da repressão interna e da vigilância de opositores. A integração da Marinha com as diretrizes da política externa norte-americana reforçou a dependência tecnológica e doutrinária, mas também proporcionou acesso privilegiado a equipamentos, sistemas de comunicação e redes de inteligência (Pecequillo, 2013).

A estruturação de alianças bilaterais, como os acordos Brasil-EUA de cooperação em defesa, teve como efeito prático a conformação de uma estratégia naval voltada à proteção dos interesses ocidentais no Atlântico Sul. Isso incluía o monitoramento de rotas comerciais, apoio a operações navais conjuntas e intercâmbio de informações estratégicas. Mesmo que tais práticas fossem justificadas pela lógica da segurança hemisférica, na prática consolidavam a assimetria de poder entre os Estados Unidos e seus aliados regionais (Cervo & Bueno, 2011).

Com a intensificação da Guerra Fria nos anos 1980, sobretudo após a Revolução Sandinista na Nicarágua (1979) e a ascensão da esquerda em El Salvador, os EUA redobram seus esforços de vigilância e repressão. Ainda que a América do Sul não estivesse no centro desses conflitos, as lições aprendidas nesses episódios ampliaram a doutrina de intervenção preventiva e consolidaram a ideia de que a estabilidade do continente era uma extensão direta da segurança nacional norte-americana. Segundo Waltz (1979), em um sistema internacional anárquico, as potências hegemônicas tendem a expandir seus mecanismos de controle para neutralizar potenciais instabilidades.

Ao final da Guerra Fria, o balanço da atuação dos EUA na América do Sul era ambíguo. Por um lado, os Estados Unidos conseguiram impedir a instalação de regimes socialistas duradouros; por outro, sua política de apoio a ditaduras militares contribuiu para décadas de autoritarismo, instabilidade política e dependência

econômica. A atuação da Marinha do Brasil, embora tecnicamente fortalecida, esteve inserida em um projeto geoestratégico que favorecia a centralização do poder e restringia as margens de autonomia nacional (Pecequillo, 2013; Gaddis, 2005).

2.3 PÓS-GUERRA FRIA: DIPLOMACIA ECONÔMICA E NEOLIBERALISMO

O colapso da União Soviética em 1991 marcou o fim da Guerra Fria e deu início a uma nova fase nas relações internacionais, caracterizada pela unipolaridade e pela hegemonia norte-americana. Sem um inimigo ideológico claro, os Estados Unidos reformularam suas estratégias de poder, substituindo gradualmente a lógica da intervenção militar direta pela diplomacia econômica, pelas reformas institucionais e pela atuação em organismos multilaterais. A América do Sul, neste contexto, tornou-se laboratório de uma nova forma de hegemonia: o neoliberalismo promovido como modelo universal de desenvolvimento, governança e estabilidade. Segundo Waltz (1979), mesmo em contextos de unipolaridade, a lógica estrutural do sistema internacional leva a potência dominante a expandir seus instrumentos de controle, o que nesse caso ocorreu por meios econômicos.

A nova doutrina de política externa dos EUA foi desenhada em consonância com os princípios do Consenso de Washington, elaborado por instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro norte-americano. Entre seus principais pilares estavam a liberalização comercial, a privatização de estatais, o controle fiscal rígido, a desregulamentação do mercado financeiro e a abertura irrestrita ao capital estrangeiro. Embora apresentados como instrumentos de modernização, tais mecanismos resultaram, em muitos casos, em aprofundamento das desigualdades sociais, perda de autonomia econômica e dependência estrutural. Pecequillo (2013) ressalta que essa nova fase da hegemonia dos EUA substituiu a coerção pela imposição de modelos econômicos padronizados, com impactos profundos sobre as soberanias nacionais.

A década de 1990 assistiu à tentativa mais ambiciosa de institucionalizar a hegemonia econômica dos EUA na América Latina: a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Proposto durante a Cúpula das Américas de 1994, o projeto visava unificar os mercados do hemisfério sob uma lógica de comércio livre

— mas assimétrico —, beneficiando majoritariamente a economia norte-americana. O Brasil, embora inicialmente participante das negociações, assumiu uma posição crítica sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que contribuiu para o colapso da proposta em 2005. Segundo Cervo e Bueno (2011), a resistência à ALCA consolidou uma nova postura diplomática sul-americana, orientada por maior pragmatismo e ênfase na multipolaridade.

Cristina Pecequillo (2013) sintetiza essa nova etapa da hegemonia ao afirmar que “os mecanismos econômicos foram os novos instrumentos da política de hegemonia, substituindo em parte as intervenções militares abertas” (p. 104). A dominação se dava agora por meio da regulação da dívida externa, da manipulação das taxas de juros internacionais e da imposição de políticas macroeconômicas alinhadas aos interesses do capital internacional — majoritariamente sediado nos EUA. Esse padrão reforça a ideia de um sistema interestatal regido por assimetrias funcionais, como exposto por Waltz (1979).

Para a Marinha do Brasil, essa transformação teve implicações importantes. Se, durante a Guerra Fria, sua atuação estava diretamente vinculada à doutrina de segurança nacional e à contenção ideológica, no pós-Guerra Fria emergiu a necessidade de uma reorientação estratégica. A crescente complexidade das ameaças — como crimes transnacionais, pirataria, narcotráfico marítimo e disputas comerciais — exigia uma postura mais autônoma, multilateral e tecnicamente sofisticada. A cooperação internacional ainda era necessária, mas não poderia mais basear-se exclusivamente na lógica de alinhamento automático com os EUA. Essa transição também exigia a adoção de doutrinas compatíveis com a multipolaridade crescente do sistema internacional (Cervo & Bueno, 2011).

A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o Brasil como um de seus articuladores centrais, refletia essa mudança de paradigma. A ZOPACAS propunha um modelo alternativo de segurança regional, baseado na cooperação entre países do hemisfério sul, sem interferência de potências extrarregionais. Essa nova abordagem se chocava diretamente com a tradicional política de segurança dos EUA, que via o Atlântico Sul como área estratégica de vigilância e influência. Segundo Pecequillo (2013), o esforço brasileiro foi uma tentativa de “reconfiguração da arquitetura de segurança regional a partir do sul”.

O novo cenário exigia, portanto, uma reconfiguração do papel da Marinha do Brasil. A proteção das rotas comerciais, o controle da Zona Econômica Exclusiva

(ZEE), a presença em águas internacionais e a participação em missões de paz tornaram-se eixos centrais da atuação marítima brasileira. A política externa dos EUA, ao instrumentalizar a economia como ferramenta de influência, impôs ao Brasil o desafio de articular defesa e desenvolvimento de forma soberana e integrada. Essa necessidade de articulação reflete a análise de Spykman (1942), para quem o domínio das zonas litorâneas — como o Atlântico Sul — era essencial para o controle global.

Nesse período, observou-se também uma intensificação das iniciativas sul-americanas de integração regional, como a fundação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano. Embora enfrentassem limitações operacionais, essas estruturas buscavam criar um ambiente de segurança e cooperação que não estivesse condicionado à tutela norte-americana. A ideia de uma arquitetura de defesa autônoma, ainda incipiente, representava um esforço concreto de afastamento da hegemonia tradicional. Essa busca por autonomia regional ressoa com o conceito de balança de poder interno ao sistema, segundo Waltz (1979), em que Estados periféricos articulam resistência à centralidade de uma potência dominante.

Por fim, é relevante destacar que, apesar da mudança de instrumentos — do militar ao econômico —, a lógica de maximização de poder por parte dos EUA permaneceu. A presença norte-americana na América do Sul continuou sendo uma constante geopolítica, adaptando-se às circunstâncias e renovando seus métodos. A interligação entre política externa, economia e segurança passou a operar de maneira mais sofisticada, mas não menos incisiva. Spykman (1942) argumenta que o controle do litoral é decisivo para o domínio global, posicionando a América do Sul em uma região de importância estratégica.

3 ECONOMIA E SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

A influência da política externa dos Estados Unidos na economia sul-americana consolidou-se ao longo do século XX, impondo modelos econômicos e práticas comerciais alinhadas aos interesses da potência hegemônica. Essa atuação encontra respaldo na lógica do realismo ofensivo, segundo a qual potências buscam expandir sua influência por todos os meios disponíveis, inclusive os econômicos, como destaca Mearsheimer (2001). A penetração econômica se deu

por meio de acordos bilaterais e multilaterais, investimentos estrangeiros diretos e atuação vigorosa de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Durante a década de 1990, a implementação das políticas do Consenso de Washington redefiniu a estrutura econômica de vários países sul-americanos. Privatizações, abertura comercial, controle da inflação e reformas fiscais tornaram-se condições para o acesso a financiamentos internacionais. Embora apresentadas como medidas técnicas, tais exigências refletem uma forma de imposição normativa, característica do que Pecequillo (2013) define como hegemonia por coerção econômica. Tais medidas, ainda que apresentadas como indispensáveis à modernização, resultaram, em muitos casos, no aumento da desigualdade social e na desindustrialização parcial.

Os Estados Unidos, por meio de tratados de livre comércio e sanções econômicas seletivas, moldaram os fluxos de capitais e as cadeias produtivas da região. O projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposto em 1994, exemplifica a tentativa de institucionalizar a hegemonia econômica estadunidense no continente. Embora a iniciativa tenha fracassado, sua concepção estratégica se alinha à perspectiva geopolítica de Spykman (1942), segundo a qual o controle das zonas periféricas, como a América do Sul, é essencial para a projeção de poder global. Embora a iniciativa tenha fracassado, seus princípios continuaram a orientar a política comercial dos EUA na região.

Cristina Pecequillo (2013) observa que a influência econômica dos EUA não se restringe a acordos formais, mas também opera por meio de mecanismos financeiros, como a imposição de taxas de juros elevadas e a manipulação das agências de classificação de risco. Tais práticas configuram uma forma de “hegemonia silenciosa”, sustentada por mecanismos técnico-financeiros e não apenas por coerção direta, como discutido por Waltz (1979) no contexto das relações assimétricas de poder. Tais instrumentos permitiram a manutenção de uma dependência econômica estrutural, dificultando a emergência de alternativas autônomas de desenvolvimento na América do Sul.

O Brasil, particularmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e no início da administração Lula, enfrentou dilemas estratégicos quanto ao alinhamento com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que buscava expandir sua inserção internacional, o país resistiu à plena adesão a projetos como a Área de

Livre Comércio das Américas (ALCA), sinalizando uma tentativa de equilíbrio entre autonomia e inserção na economia global liderada pelos EUA. Essa postura ambígua reflete o esforço de construir uma política externa baseada no que Cervo e Bueno (2011) chamam de “autonomia pela integração”, conceito que também dialoga com a noção de balança de poder interna ao sistema, conforme abordado por Waltz (1979).

3.1 COOPERAÇÃO E PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA

A presença militar dos Estados Unidos na América do Sul sempre foi um pilar central de sua estratégia de segurança hemisférica. Desde o início do século XX, por meio da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt, os EUA consolidaram a visão de que a segurança do continente americano era uma extensão direta de seus interesses nacionais. Segundo Mackinder (1919), regiões periféricas como a América do Sul adquirem relevância geoestratégica à medida que garantem acesso a rotas marítimas e pontos de vigilância, o que ajuda a explicar o engajamento militar norte-americano no continente desde os primórdios do século XX.

Durante a Guerra Fria, essa presença militar intensificou-se, com a instalação de bases norte-americanas em pontos estratégicos, como a Zona do Canal do Panamá e a Base Aérea de Manta, no Equador. Além disso, a cooperação se expandiu por meio de programas de treinamento e capacitação militar, como os oferecidos na Escola das Américas, que desempenhou papel controverso ao formar oficiais latino-americanos envolvidos em regimes autoritários. Para Waltz (1979), em um sistema internacional anárquico, potências hegemônicas tendem a reforçar sua presença militar em regiões consideradas vulneráveis a influências rivais, como era o caso da América do Sul frente ao avanço do comunismo.

No entanto, a presença militar norte-americana nem sempre é recebida com entusiasmo. Países como Venezuela, Bolívia e, em determinados momentos, o Brasil, manifestaram críticas à excessiva ingerência militar dos EUA, promovendo uma reconfiguração das alianças regionais e a busca por uma maior autonomia no campo da defesa. Essa reação pode ser interpretada à luz do conceito de contrapoder geopolítico, que, segundo Cervo e Bueno (2011), caracteriza os

esforços de países periféricos em estabelecer uma ordem regional menos dependente das diretrizes da potência dominante.

3.2 RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL, ARGENTINA, CHILE E VENEZUELA

As relações bilaterais entre os Estados Unidos e os países sul-americanos são heterogêneas, variando de acordo com o contexto político de cada país e os interesses estratégicos envolvidos. O Brasil sempre ocupou posição central nesse cenário, ora como parceiro estratégico, ora como agente de resistência a determinadas agendas norte-americanas. Segundo Waltz (1979), os Estados agem conforme suas capacidades e interesses sistêmicos, o que ajuda a entender as oscilações no comportamento brasileiro diante da potência hegemônica.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), o alinhamento com os Estados Unidos foi evidente, especialmente no campo da segurança e da cooperação naval. A Marinha do Brasil participou ativamente de operações conjuntas e recebeu equipamentos e treinamento dos EUA. Pecequillo (2013) destaca que esse alinhamento se inscrevia na lógica da Guerra Fria, na qual regimes militares latino-americanos eram vistos como aliados estratégicos no combate ao comunismo. Após a redemocratização, o Brasil buscou maior autonomia, reforçando sua capacidade de defesa e diversificando suas parcerias internacionais, inclusive com países emergentes como China, Rússia e Índia.

O Chile viveu forte influência norte-americana, especialmente durante o golpe de 1973 que depôs Salvador Allende. O apoio norte-americano ao regime de Augusto Pinochet consolidou um período de alinhamento estratégico, mas também de intensas violações de direitos humanos. Gaddis (2005) argumenta que, durante a Guerra Fria, os EUA muitas vezes priorizaram a estabilidade política alinhada aos seus interesses, mesmo em detrimento de princípios democráticos e direitos civis.

A Venezuela, por sua vez, tornou-se um polo de resistência à hegemonia norte-americana a partir do governo de Hugo Chávez. O discurso anti-imperialista e as alianças com países como Rússia e China desafiaram a tradicional influência dos EUA no continente. Essa postura resultou em sanções econômicas e no isolamento diplomático promovido por Washington. De acordo com Pecequillo (2013), essa mudança no eixo diplomático venezuelano reflete a tentativa de construção de uma ordem pós-hegemônica regional, ainda que marcada por tensões e contradições.

3.3 O DESAFIO CHINÊS E A NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA

Nas últimas décadas, a crescente presença chinesa na América do Sul alterou significativamente a dinâmica geopolítica regional. O investimento em infraestrutura, energia e comércio por parte da China desafiou a hegemonia histórica dos Estados Unidos e abriu novas possibilidades de cooperação para os países sul-americanos. Segundo Pecequillo (2013), essa inserção estratégica da China representa uma mudança estrutural no tabuleiro internacional, rompendo a dependência exclusiva em relação aos EUA e promovendo uma reconfiguração das alianças regionais.

O Brasil, a Argentina, o Peru e o Chile passaram a considerar a China como parceiro comercial prioritário. O volume de exportações para o mercado chinês, especialmente de commodities como soja, minério de ferro e petróleo, superou os fluxos comerciais com os Estados Unidos em vários momentos do início do século XXI. Essa mudança se insere, conforme Waltz (1979), em um sistema internacional multipolar emergente, em que os Estados buscam maximizar ganhos e segurança por meio da diversificação de parcerias.

O fortalecimento das organizações regionais sul-americanas, como a UNASUL, também contribuiu para o questionamento da liderança norte-americana. Países como o Brasil buscaram consolidar uma arquitetura de defesa própria, ainda que enfrentando desafios internos e limitações orçamentárias. Esse esforço reflete uma tentativa de construir uma autonomia estratégica regional, conforme analisa Pecequillo (2013), embora condicionada pelas assimetrias de poder ainda vigentes no sistema internacional.

Nesse cenário, a Marinha do Brasil desempenha papel estratégico, ao proteger as rotas comerciais e reforçar a presença no Atlântico Sul, especialmente na área do pré-sal e nas missões de paz internacionais. A necessidade de equilíbrio entre cooperação e autonomia é um desafio permanente para a política de defesa brasileira frente à crescente competição entre Estados Unidos e China. Segundo Mackinder (1919), o controle de regiões periféricas com acesso a mares estratégicos é decisivo na configuração do poder global, o que atribui centralidade à atuação da Marinha do Brasil no atual contexto geopolítico.

3.4 PERSPECTIVAS FUTURAS E AUTONOMIA REGIONAL

A influência dos Estados Unidos na América do Sul, embora ainda relevante, enfrenta hoje um contexto de diversificação de alianças e fortalecimento de lideranças regionais. O cenário contemporâneo apresenta uma multiplicidade de atores e interesses que desafiam a tradicional hegemonia estadunidense. Segundo Waltz (1979), mudanças no equilíbrio de poder sistêmico abrem espaço para reconfigurações estratégicas, possibilitando aos Estados médios adotarem posturas mais autônomas quando há dispersão de poder entre diferentes polos.

O Brasil, com sua projeção no Atlântico Sul, sua liderança regional e sua capacidade diplomática, possui potencial para ampliar sua autonomia e reduzir a dependência de potências extrarregionais. A atuação da Marinha do Brasil será essencial nesse processo, seja na proteção das águas jurisdicionais, seja no fortalecimento das capacidades operacionais em cenários multilaterais. Para Mackinder (1919), a projeção de poder a partir de regiões periféricas com acesso marítimo constitui uma vantagem geoestratégica decisiva, o que reforça a importância da presença naval brasileira no Atlântico Sul.

As ameaças contemporâneas, como o narcotráfico, a pirataria, o terrorismo e os crimes ambientais, exigem respostas integradas e coordenação entre os países sul-americanos. Nesse sentido, o fortalecimento de iniciativas regionais, como a ZOPACAS e o Conselho de Defesa Sul-Americano, será determinante para a construção de um ambiente de segurança soberano e cooperativo. Conforme Pecequillo (2013), a cooperação sul-sul e os mecanismos multilaterais regionais são instrumentos fundamentais para a consolidação de uma autonomia estratégica diante das potências hegemônicas tradicionais.

Embora os Estados Unidos continuem a desempenhar papel central na política internacional, a ascensão da China e a emergência de novas potências regionais contribuem para a formação de um sistema internacional mais multipolar. Essa realidade oferece oportunidades para que a América do Sul, e especialmente o Brasil, redefinam suas prioridades estratégicas e construam uma postura mais autônoma e propositiva. Spykman (1942) advertia que o controle geográfico das zonas de contato – o Rimland – seria disputado entre potências em expansão. No atual contexto, essa disputa se dá não apenas em termos militares, mas também

econômicos e diplomáticos, o que requer vigilância estratégica por parte dos países sul-americanos.

A história da política externa norte-americana na região é um testemunho da persistência e da adaptação das potências hegemônicas. No entanto, o futuro está aberto à construção de novos arranjos de poder, e cabe aos países sul-americanos aproveitar essa janela de oportunidade para consolidar sua soberania. Nesse sentido, como argumenta Walt (1987), a formulação de alianças estratégicas deve priorizar a maximização dos interesses nacionais e a contenção de influências externas desbalanceadas.

Como reflexão final, é preciso lembrar que "quem não escreve sua própria história será eternamente personagem das narrativas alheias". Essa máxima, embora de cunho filosófico, reforça o papel dos Estados sul-americanos na construção de sua própria trajetória geopolítica, sem submissão automática a potências externas (Pecequillo, 2013).

4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O fim da Guerra Fria desencadeou uma transformação profunda na estrutura das relações internacionais e, conseqüentemente, na forma como os Estados Unidos articularam sua política externa para a América do Sul. Com o colapso da União Soviética, a lógica de bipolaridade foi substituída por uma ordem unipolar, na qual os EUA emergiram como a única superpotência global. (Waltz, 1979; Pecequillo, 2013). Esse cenário levou os Estados Unidos a redefinir suas estratégias para manter sua influência hegemônica, agora por meio de mecanismos mais sofisticados de diplomacia, economia e segurança. Essa reorientação está em consonância com a perspectiva do realismo ofensivo, segundo a qual potências hegemônicas buscam maximizar sua influência em tempos de baixa competição sistêmica.

A partir da década de 1990, a prioridade norte-americana deslocou-se da contenção ideológica para a consolidação dos mercados regionais sob o paradigma neoliberal. O continente sul-americano passou a ser visto como espaço privilegiado para a expansão do livre comércio, das privatizações e dos fluxos financeiros orientados por instituições controladas pelo eixo Washington–Nova York. Tratados bilaterais e tentativas de estruturar blocos hemisféricos, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foram instrumentos centrais dessa estratégia.

O novo discurso norte-americano incorporou conceitos como "promoção da democracia", "boa governança" e "combate à corrupção", mas frequentemente operou como um véu para sustentar agendas que favoreciam os interesses corporativos e estratégicos dos EUA. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional funcionaram como agentes dessa política, impondo condicionantes econômicas que restringiam a margem de manobra dos países sul-americanos. Segundo Waltz (1979), em sistemas assimétricos, o poder econômico é frequentemente utilizado como instrumento indireto de dominação, mesmo sem o uso explícito da força.

Além da economia, o combate ao narcotráfico tornou-se uma das prioridades da agenda hemisférica dos EUA, servindo como justificativa para a expansão da presença militar e da cooperação em segurança. O Plano Colômbia, financiado e operacionalizado com forte apoio logístico norte-americano, exemplifica como a guerra contra as drogas se tornou uma plataforma de intervenção indireta na região. Para Pecequillo (2013), a retórica antidrogas foi funcional à manutenção da influência estratégica norte-americana, operando sob o disfarce de uma causa humanitária.

Essa abordagem se alinha à concepção de soft power, cunhada por Nye (2004), segundo a qual a capacidade de moldar preferências por meio da persuasão e da legitimidade cultural pode ser tão eficaz quanto o poder militar. A inserção dos Estados Unidos em temas ambientais, direitos humanos e reformas institucionais também cresceu nesse período, configurando uma diplomacia multifacetada, capaz de adaptar-se às circunstâncias locais e promover seus interesses de forma mais abrangente e eficaz.

4.1 A REAÇÃO SUL-AMERICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA REGIONAL

O início do século XXI foi marcado por um movimento de resistência articulado por diversos países sul-americanos frente à hegemonia norte-americana. A eleição de governos progressistas em nações como Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador inaugurou um novo ciclo político na região. Esses países passaram a contestar as imposições neoliberais e a buscar formas alternativas de integração econômica e cooperação em segurança. Segundo Pecequillo (2013), tratava-se de uma tentativa concreta de construção de uma ordem pós-hegemônica,

baseada em princípios de solidariedade, multilateralismo regional e autonomia decisória.

O Brasil, especialmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, desempenhou um papel de liderança nesse processo. Ao defender uma política externa independente e um projeto de integração regional baseado em solidariedade e complementaridade, o país impulsionou a criação de novos organismos regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Essa atuação reflete o conceito de “autonomia pela integração”, conforme definido por Cervo e Bueno (2011), no qual a inserção internacional está subordinada à construção de capacidades internas e à diversificação de parcerias.

Além da integração política, houve avanços na cooperação em defesa e segurança. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano permitiu a realização de exercícios militares conjuntos e a troca de informações estratégicas entre os países da região. Esse esforço buscava reduzir a dependência de equipamentos, doutrinas e treinamentos provenientes dos Estados Unidos. Para Waltz (1979), esse tipo de comportamento evidencia o papel dos Estados em sistemas anárquicos: buscar segurança e equilíbrio, sobretudo por meio de estruturas regionais que limitem vulnerabilidades externas.

A reação sul-americana também se manifestou no campo econômico. O Banco do Sul foi concebido como alternativa regional às instituições financeiras internacionais controladas pelo eixo Washington-Nova York, buscando financiar projetos de desenvolvimento sem as condicionantes tradicionais do FMI e do Banco Mundial. Essa iniciativa representou uma tentativa de romper com a dependência histórico-financeira descrita por Spykman (1942), ao deslocar o centro de decisões financeiras para dentro da própria região.

4.2 A ASCENÇÃO DA CHINA E A COMPETIÇÃO GEOESTRATÉGICA

Nas últimas duas décadas, a presença da China na América do Sul cresceu exponencialmente, alterando profundamente o equilíbrio geopolítico regional. A China tornou-se o maior parceiro comercial de países como Brasil, Chile e Peru, além de realizar vultosos investimentos em infraestrutura, energia, agricultura e telecomunicações. Segundo Pecequillo (2013), essa atuação integra uma estratégia

global chinesa de inserção pacífica e pragmática, calcada em laços comerciais e diplomáticos como forma de ampliar sua projeção de poder.

Esse reposicionamento estratégico da China foi percebido pelos Estados Unidos como uma ameaça direta à sua influência histórica no continente. Em resposta, Washington intensificou seus esforços para reafirmar sua liderança na região, buscando ampliar acordos bilaterais de segurança, revitalizar sua atuação diplomática e promover novas formas de cooperação tecnológica e energética. Waltz (1979) já alertava que, em sistemas multipolares, as potências estabelecidas tendem a reagir diante da ascensão de novos centros de poder, visando preservar sua primazia e evitar o deslocamento estratégico.

O Atlântico Sul, em especial, passou a ocupar um lugar central na competição entre as duas potências. As reservas do pré-sal, as rotas comerciais estratégicas e o potencial de exploração mineral submarina conferem à região um valor geopolítico crescente. O Brasil, como principal potência marítima da América do Sul, desempenha um papel crítico na definição do controle e da segurança dessas áreas. Para Spykman (1942), o domínio das áreas costeiras e dos mares adjacentes – o Rimland – é determinante para a projeção global das potências marítimas, o que justifica a crescente militarização e vigilância na região.

Essa nova configuração geoestratégica ampliou as oportunidades, mas também os riscos para os países da região. O desafio para a América do Sul tornou-se o de equilibrar seus laços econômicos com a China sem comprometer suas parcerias tradicionais e sem se tornar refém de uma nova lógica de dependência. Pecequillo (2013) ressalta que essa autonomia estratégica requer uma política externa pragmática e multivetorial, com capacidade de articulação regional e proteção de interesses próprios.

O papel da diplomacia regional e das capacidades navais, especialmente da Marinha do Brasil, tornou-se ainda mais relevante nesse contexto. A vigilância e a proteção das áreas marítimas estratégicas passaram a ser prioridades de defesa e soberania, exigindo investimentos constantes e presença ativa. Segundo Mackinder (1919), o controle dos espaços marítimos periféricos é condição indispensável para garantir a segurança nacional e preservar os interesses estratégicos de longo prazo.

4.3 O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL FRENTE AOS NOVOS CENÁRIOS

A Marinha do Brasil assumiu, nas últimas décadas, um papel crescente na proteção dos interesses estratégicos nacionais e no fortalecimento da presença brasileira no Atlântico Sul. Os desafios contemporâneos, como a pirataria, o narcotráfico marítimo, os crimes ambientais e as disputas comerciais, demandaram uma atualização contínua das capacidades operacionais e logísticas da força naval brasileira. Segundo Mackinder (1919), a capacidade de projeção marítima a partir de regiões periféricas representa uma vantagem estratégica crucial para Estados que buscam ampliar sua autonomia em um sistema internacional competitivo.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), incluindo o desenvolvimento do primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro, é uma das iniciativas mais ambiciosas da história naval do país. Esse projeto representa não apenas um salto tecnológico, mas também um marco na capacidade de dissuasão e projeção de poder do Brasil na região. Conforme Waltz (1979), a posse de tecnologias militares avançadas contribui para o aumento da autonomia relativa dos Estados no sistema internacional, especialmente em contextos multipolares.

Além da modernização da frota, a Marinha do Brasil tem investido na expansão de suas missões internacionais e no fortalecimento da interoperabilidade com outras marinhas sul-americanas e forças extrarregionais. A participação contínua em exercícios navais como a UNITAS, a BRACOLPER e a PANAMAX fortalece os laços estratégicos e a capacidade de resposta coordenada diante de ameaças comuns. Essa cooperação naval está alinhada ao que Pecequillo (2013) denomina de diplomacia da defesa, uma estratégia voltada à construção de confiança mútua e à consolidação da liderança regional por meio da atuação militar cooperativa.

A proteção das rotas comerciais estratégicas, especialmente no entorno da costa brasileira e nas áreas de exploração do pré-sal, tornou-se prioridade absoluta. O desenvolvimento de sistemas de monitoramento e vigilância, incluindo a utilização de satélites e aeronaves de patrulha marítima, ampliou a capacidade da Marinha de garantir a segurança das águas jurisdicionais brasileiras. Spykman (1942) argumentava que o domínio das zonas costeiras e do acesso marítimo – o Rimland – era vital para a sobrevivência das potências marítimas, o que reforça a centralidade do Atlântico Sul na estratégia naval brasileira.

No plano regional, a atuação da Marinha do Brasil no âmbito da ZOPACAS e do Conselho de Defesa Sul-Americano reforça o compromisso do país com a

construção de uma arquitetura de segurança baseada na cooperação e na autonomia. A integração entre as forças navais da América do Sul é um elemento essencial para a proteção coletiva e para a preservação do Atlântico Sul como uma zona livre de tensões militares externas. Esse esforço integra o que Cervo e Bueno (2011) classificam como política de “autonomia pela integração”, uma tentativa de compatibilizar segurança coletiva com protagonismo regional em um ambiente internacional fragmentado.

O fortalecimento da Marinha brasileira é, portanto, uma resposta estratégica aos desafios globais contemporâneos e um pilar fundamental para a consolidação da soberania nacional. Nesse contexto, o papel da força naval vai além da defesa territorial, estendendo-se à promoção da presença diplomática, ao suporte a missões de paz e à projeção internacional do Brasil como potência regional em ascensão.

4.4 PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS E CAMINHOS PARA A AUTONOMIA ESTRATÉGICA

O cenário internacional aponta para uma crescente complexidade e uma maior competição entre as potências globais. A América do Sul está inserida nesse contexto de disputa, e o futuro da política externa norte-americana para a região dependerá da capacidade dos países sul-americanos de construir alternativas sólidas e sustentáveis. Segundo Waltz (1979), em sistemas internacionais multipolares, os Estados buscam estratégias que maximizem sua sobrevivência e autonomia, o que torna essencial o fortalecimento interno e a cooperação regional.

O Brasil, como maior economia e maior potência naval da América do Sul, possui uma responsabilidade estratégica na construção dessa autonomia. O fortalecimento das capacidades de defesa, o desenvolvimento de tecnologias nacionais e a diversificação das parcerias internacionais serão essenciais para assegurar um espaço de decisão soberano. Conforme Mackinder (1919), o controle de regiões periféricas com acesso ao mar é decisivo para a projeção de poder em escala global, o que reforça o papel estratégico do Brasil no Atlântico Sul.

A continuidade e o aprofundamento da integração regional também são elementos-chave. O relançamento de iniciativas como a UNASUL, o fortalecimento

da ZOPACAS e a ampliação da cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano devem ser priorizados para criar um ambiente de segurança cooperativa que reduza as vulnerabilidades individuais dos países da região. Pecequillo (2013) argumenta que a construção de instituições regionais autônomas é uma das formas mais eficazes de contestação à hegemonia externa, sobretudo quando fundamentadas em valores compartilhados e estratégias conjuntas.

A aproximação com novas potências, como China, Rússia e Índia, deve ser conduzida com equilíbrio e estratégia, de modo a evitar dependências excessivas e preservar a margem de autonomia necessária para uma política externa verdadeiramente soberana. O diálogo com os Estados Unidos deve ser mantido, mas com postura assertiva e baseada na defesa dos interesses nacionais e regionais. Spykman (1942) advertia que o equilíbrio de poder nas zonas costeiras e periféricas dependeria da habilidade das potências regionais em articular alianças flexíveis, sem submissão a qualquer polo dominante.

A história das relações entre os Estados Unidos e a América do Sul demonstra que as potências hegemônicas adaptam seus métodos, mas não renunciam aos seus objetivos estratégicos. O futuro da América do Sul dependerá da capacidade de seus países de construir um projeto comum que valorize a integração, a soberania e a solidariedade regional. Essa construção exige, como destaca Huntington (1997), a compreensão das identidades culturais e civilizacionais que estruturam as alianças internacionais, inclusive na América do Sul.

Como ensinou José Martí: "Ser culto é o único modo de ser livre." No cenário internacional, o conhecimento é a arma mais poderosa para garantir a liberdade e a autonomia dos povos. Que a América do Sul construa sua própria narrativa e seja protagonista de sua história. A elaboração de políticas externas baseadas em conhecimento histórico, alinhamento estratégico e cooperação regional pode ser o caminho mais sólido para a soberania duradoura dos países sul-americanos.

5 PROJEÇÕES ESTRATÉGICAS

O século XXI apresenta desafios inéditos e interdependentes que afetam simultaneamente as esferas de segurança, economia, meio ambiente e tecnologia. A América do Sul, inserida nesse contexto, enfrenta a necessidade de reposicionar-se no cenário internacional como sujeito ativo e não como mero espectador. De acordo

com Huntington (1997), o sistema internacional contemporâneo é marcado por choques entre civilizações, e a capacidade de afirmação identitária das regiões será decisiva para seu protagonismo geopolítico. As mudanças climáticas, por exemplo, não representam apenas um risco ambiental, mas também um desafio estratégico que pode redefinir fronteiras, gerar migrações forçadas e provocar disputas por recursos.

A transição energética é outro vetor que condicionará a posição da América do Sul no mundo. Com a crescente demanda global por fontes renováveis, países como Brasil, Argentina e Chile poderão desempenhar papéis-chave na nova geopolítica da energia limpa. Segundo Pecequillo (2013), o controle sobre recursos energéticos estratégicos configura um dos pilares da autonomia internacional dos Estados em desenvolvimento. No entanto, essa transição também poderá expor vulnerabilidades logísticas e pressionar ainda mais os recursos hídricos e florestais da região.

A crise ambiental, ao mesmo tempo que oferece oportunidades para protagonismo internacional, exige investimentos robustos em tecnologia verde, fiscalização ambiental e cooperação transfronteiriça. A preservação da Amazônia, por exemplo, pode tornar-se um trunfo diplomático, desde que inserida em uma política externa coerente com os princípios da soberania e do multilateralismo regional (Cervo & Bueno, 2011). O debate sobre a internacionalização da floresta tropical demanda uma resposta articulada que reforce o controle regional sobre os próprios ativos estratégicos.

Nesse cenário, o pensamento de Spykman (1942) sobre o controle das zonas limítrofes e periféricas assume nova dimensão: hoje, o ciberespaço e as infraestruturas tecnológicas substituem os litorais como arenas de disputa estratégica. A vigilância cibernética e a capacidade de resposta digital tornam-se componentes essenciais da defesa nacional, exigindo uma nova doutrina de segurança que integre os domínios físico e virtual.

O futuro da América do Sul dependerá da capacidade de antecipar esses desafios e de formular estratégias coordenadas e sustentáveis, que incluam desde a segurança tradicional até a segurança alimentar, hídrica e cibernética. Como destaca Pecequillo (2013), a construção de uma ordem internacional mais equitativa passa pela articulação entre soberania, desenvolvimento e solidariedade regional.

Nesse sentido, a capacidade de projeção estratégica dependerá da união entre conhecimento técnico, vontade política e cooperação multilateral.

5.1 SEGURANÇA CIBERNÉTICA E SOBERANIA DIGITAL

A segurança cibernética emergiu como um dos pilares centrais da soberania nacional no século XXI. Com a crescente digitalização das economias e a interconexão das infraestruturas críticas, as ameaças cibernéticas se multiplicaram e passaram a afetar diretamente a estabilidade política e econômica dos países. Segundo Pecequillo (2013), o domínio de tecnologias sensíveis e a proteção da informação estratégica são dimensões indispensáveis para a afirmação de uma política externa soberana no mundo contemporâneo.

A soberania digital requer investimentos imediatos em infraestrutura tecnológica, formação de especialistas e desenvolvimento de protocolos regionais de defesa cibernética. Nesse sentido, a criação de centros integrados de monitoramento e a cooperação interestatal para respostas coordenadas espelham o conceito de “autonomia pela integração” proposto por Cervo e Bueno (2011), em que a segurança comum é construída sobre bases técnicas compartilhadas. A elaboração de legislações robustas e a adesão a tratados internacionais também são passos fundamentais para proteger a região das novas formas de guerra híbrida.

O Brasil, como maior potência regional, possui a responsabilidade de liderar iniciativas de cibersegurança no âmbito sul-americano. A formação de alianças estratégicas com países vizinhos para o desenvolvimento de soluções tecnológicas autônomas representa uma resposta direta ao alerta de Spykman (1942), que via a dependência tecnológica como fator de submissão geoestratégica. Nesse contexto, reduzir a dependência de fornecedores estrangeiros e proteger as informações sensíveis tornou-se um imperativo estratégico.

A Marinha do Brasil, nesse cenário, também tem ampliado sua atuação no domínio cibernético, criando setores especializados para proteger sistemas navais e de comunicação, além de monitorar possíveis ameaças que possam comprometer a segurança marítima e as operações estratégicas no Atlântico Sul. Essa postura se coaduna com a lógica de Mackinder (1919), segundo a qual o controle dos meios de

comunicação — físicos ou digitais — é condição essencial para o exercício do poder global em qualquer época.

5.2 A CRISE CLIMÁTICA E O PAPEL DA AMÉRICA DO SUL

A crise climática é, talvez, o maior desafio global da contemporaneidade. A América do Sul ocupa uma posição central nesse debate, não apenas por abrigar a Floresta Amazônica — considerada o maior reservatório de biodiversidade do planeta —, mas também por ser detentora de vastos recursos hídricos e reservas minerais estratégicas. Segundo Pecequillo (2013), os recursos naturais de uma nação representam elementos estruturantes de sua autonomia, sendo a proteção ambiental uma dimensão geopolítica fundamental na atualidade.

A pressão internacional sobre os países amazônicos para preservar suas florestas aumentará exponencialmente nas próximas décadas. As potências globais, especialmente da Europa e da América do Norte, buscarão condicionar acordos comerciais e parcerias estratégicas ao cumprimento de metas ambientais cada vez mais rigorosas. Spykman (1942) advertia que o controle indireto de regiões estratégicas por meio de pressões normativas ou condicionantes externas é uma das formas mais eficazes de projeção de poder hegemônico, o que torna necessária uma vigilância diplomática constante por parte dos países sul-americanos.

Nesse cenário, a América do Sul deverá construir uma política ambiental soberana, capaz de proteger seus interesses sem ceder à ingerência estrangeira. Waltz (1979) reforça que, em sistemas anárquicos, a sobrevivência dos Estados depende de sua capacidade de preservar autonomia decisória, inclusive frente à agenda internacional imposta por atores mais poderosos. O desenvolvimento sustentável precisa ser conduzido de forma equilibrada, conciliando a preservação ambiental com a exploração racional e soberana de recursos naturais.

A Amazônia deve ser tratada como um ativo estratégico, cuja proteção e exploração devem estar sob controle regional, com cooperação entre os países amazônicos e o fortalecimento de instituições como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Essa abordagem se aproxima da noção de “autonomia pela integração” de Cervo e Bueno (2011), na qual a ação coordenada entre Estados vizinhos é essencial para impedir interferências externas e afirmar a soberania coletiva sobre os recursos naturais.

5.3 INTEGRIDADE ENERGÉTICA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

A integração energética representa uma das maiores oportunidades estratégicas da América do Sul no século XXI, sendo fundamental para o fortalecimento da autonomia regional e para a redução da dependência externa. A complementaridade das matrizes energéticas entre os países sul-americanos — como destacado por Pecequillo (2008) ao tratar da interdependência estratégica regional — oferece terreno fértil para o desenvolvimento de redes integradas de energia e para a diversificação das fontes, alinhando-se a uma lógica de segurança cooperativa.

O Brasil, com seu vasto potencial hidrelétrico, desponta como um ator-chave nesse processo. Países como Argentina e Bolívia são relevantes produtores de gás natural; o Chile se destaca na geração de energia solar; e a Venezuela possui extensas reservas de petróleo. Essa diversidade energética pode ser explorada por meio de uma abordagem coordenada, como defendido por Spykman (1944), ao enfatizar a importância do controle das áreas estratégicas na consolidação de poder regional. A construção de uma malha energética integrada permitiria o fortalecimento da soberania regional e a ampliação do protagonismo internacional da América do Sul.

Além das redes de interconexão elétrica, o desenvolvimento de projetos conjuntos em energia renovável — notadamente eólica e solar — pode transformar a região em um polo global de energia limpa, em sintonia com os princípios da transição energética defendidos por Sachs (2015). Tais iniciativas não apenas reforçariam a segurança energética, mas também contribuiriam para o cumprimento dos compromissos climáticos internacionais.

Contudo, os desafios são numerosos. Barreiras políticas, assimetrias econômicas e interesses nacionais divergentes dificultam a concretização de uma integração plena. Conforme destaca Hurrell (1998), a construção de uma ordem regional estável demanda a harmonização normativa, o fortalecimento da confiança mútua e o estabelecimento de instituições multilaterais eficazes. Nesse sentido, a criação de marcos regulatórios comuns e de mecanismos institucionais sólidos será imprescindível para viabilizar a cooperação energética regional.

O Atlântico Sul, por sua vez, emerge como uma nova fronteira energética, com potencial para exploração offshore e estabelecimento de rotas energéticas alternativas. A partir da perspectiva de Mackinder (1904), que valorizava o controle geoestratégico de espaços marítimos, a região atlântica sul-americana assume papel central na geopolítica da energia. A Marinha do Brasil, nesse contexto, terá função estratégica na proteção das infraestruturas marítimas — como plataformas petrolíferas e cabos submarinos —, assegurando a segurança das cadeias de suprimento.

A América do Sul possui, assim, uma janela de oportunidade histórica para consolidar-se como ator relevante no cenário internacional. Desafios contemporâneos como as mudanças climáticas, a transição energética, a segurança cibernética e a disputa tecnológica exigem respostas integradas e coordenadas. Conforme propõe Nye (2011) com o conceito de poder inteligente, é essencial combinar a capacidade de dissuasão com a habilidade de atração, sobretudo diante das disputas por influência no continente.

O Brasil, com seu peso econômico, capacidade diplomática e poder militar, carrega a responsabilidade de liderar tal processo. A promoção da integração regional, a construção de uma defesa autônoma, o desenvolvimento de uma base tecnológica robusta e a proteção das riquezas naturais compõem os pilares de uma América do Sul mais soberana, resiliente e respeitada no sistema internacional. Esses princípios se alinham à visão realista estruturada por Waltz (1979), segundo a qual o fortalecimento do poder nacional é condição para a sobrevivência no sistema internacional anárquico.

É necessário, portanto, superar o tempo da dependência e construir o tempo do protagonismo. Como bem afirma “A história será gentil comigo, pois pretendo escrevê-la” (CHURCHILL, 2007, p. 128). Cabe aos países sul-americanos escreverem a história que o futuro exigirá.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, analisaram-se os desafios e as oportunidades enfrentados pela América do Sul frente à política externa dos Estados Unidos e à intensificação da competição entre potências globais. A trajetória histórica da região revelou-se profundamente marcada pela hegemonia norte-americana desde o

século XIX, expressa inicialmente pela Doutrina Monroe e consolidada por meio da atuação econômica e militar dos EUA durante a Guerra Fria e nos anos subsequentes. Essa análise remete à perspectiva realista clássica de Waltz (1979), segundo a qual o comportamento das potências se pauta pela busca constante de poder em um sistema internacional anárquico.

A investigação empreendida nos capítulos deste trabalho permitiu concluir que a influência dos Estados Unidos não apenas moldou de maneira significativa as dinâmicas econômicas e políticas sul-americanas, mas também estimulou reações regionais que, ainda que limitadas, apontaram para tentativas de construção de autonomia. Iniciativas como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) expressam esforços regionais de resistência à dependência estrutural, conforme discutido por Pecequillo (2008) ao abordar os mecanismos de inserção autônoma no sistema internacional.

Contudo, os desafios atuais — impulsionados pela ascensão da China, pela crise climática e pela digitalização econômica — demandam novas abordagens estratégicas por parte dos países sul-americanos.

Nesse contexto, torna-se urgente o desenvolvimento de uma política externa coesa e de uma estratégia regional articulada. O fortalecimento das capacidades de defesa — com destaque para a atuação da Marinha do Brasil no Atlântico Sul — constitui uma prioridade geoestratégica. Projetos como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

A pesquisa mostra que a integração energética, apresenta-se como uma dimensão estratégica central. A complementaridade entre as matrizes energéticas da região proporciona uma base concreta para a criação de redes de interdependência positiva, promovendo segurança energética regional. Essa cooperação exige institucionalidade robusta e confiança mútua entre os Estados, elementos fundamentais para o êxito de qualquer iniciativa multilateral.

No plano econômico, a América do Sul precisa intensificar seus esforços para construir instrumentos financeiros próprios e menos sujeitos às exigências de instituições dominadas por potências centrais. O fortalecimento do Banco do Sul, ou a criação de novas alternativas regionais, poderia representar uma ruptura com o ciclo de dependência e uma aposta na consolidação de um polo autônomo de desenvolvimento.

O futuro da América do Sul dependerá da capacidade de seus países superarem antagonismos históricos e atuarem de forma coordenada. A integração regional só será viável se for acompanhada de uma cultura de cooperação e de projetos sustentáveis de longo prazo. A construção de um ator regional autônomo requer a mobilização conjunta de recursos, vontades políticas e instrumentos diplomáticos.

Diante desse cenário, torna-se imperativo agir com clareza estratégica, abandonando a passividade e assumindo um papel ativo na definição do próprio destino do país. A história demanda ação coletiva, resiliência institucional e liderança visionária.

“Aquele que não planeja a longo prazo encontrará dificuldades à porta.”
(SUN TZU, 2009, p. 72).

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 15.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HURRELL, Andrew. **International society and the study of regimes: A reflective approach**. In: KRASNER, Stephen D. (org.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 49-72.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and Reality**. London: Constable, 1919.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MONROE, James. **Mensagem ao Congresso dos Estados Unidos**, 2 dez. 1823. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=23>. Acesso em: 3 ago. 2025.

NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2011.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **Política externa dos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SACHS, Jeffrey D. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics**. New York: Harcourt Brace, 1942.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Tradução de André Dahmer. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

UNITED STATES. **The White House**. National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C., 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.